



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 021/2018 DE CONTRATO



PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6210.2017/0002375-4
CONTRATANTE: HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
CONTRATADA: VILA GUGU CARNES EIRELI - EPP
OBJETO DO CONTRATO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2.018 (dois mil e dezoito), na Rua Castro Alves, 63/73, CEP: 01532-001 – Aclimação - São Paulo, Gestão de Contratos, 6º andar, compareceram de um lado a **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 46.854.998/0001-92, neste ato representado por seu Superintendente, **DR. ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO**, RG 5.240.451 SSP/SP, CPF 920.063.028-68, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **VILA GUGU CARNES EIRELI - EPP**, CNPJ nº 24.524.417/0001-11 com sede na Rua Tupanaci, 248 – Vila Gumercindo – São Paulo – SP – CEP 04131-020, e-mail licita_vilagugu@hotmail.com, Fone: 5062-8120, neste ato representado pelo **SR. ÍTALO DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.974.802-2 SSP/SP e, inscrito no CPF/MF sob nº 438.150.018-03, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, para assinarem o presente Termo de Contrato 021/2018, sujeitando-se às normas da Lei Municipal nº 13.278, de 07 de janeiro de 2002, os Decretos Municipais nº 43.406 de 08 de julho de 2003, nº 44.279 de 24 de dezembro de 2003, nº 46.662 de 24 de novembro de 2005 e nº 56.475 de 05 de outubro de 2015, as Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Complementares nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e nº 147 de 7 de agosto de 2014, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto deste contrato o fornecimento parcelado de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, de acordo com a descrição e características descritas do Anexo I do edital de licitações do **Pregão Eletrônico nº 409/2017**.

Item	Descrição	Unidade	Qtidade.	Valor Unitário	Valor Total
01	Filé de Frango em Bife	Kg.	2.400	R\$ 14,00	R\$ 33.600,00
02	Iscas e Cubos de Peito de Frango	Kg.	2.900	R\$ 17,80	R\$ 51.620,00
04	Lagarto	Kg.	2.000	R\$ 20,50	R\$ 41.000,00

Marca/Fabricante: Morro Grande/Frigorífico Morro Grande.
SIF: 3086

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 01. FILÉ DE FRANGO EM BIFE

UNIDADE: Kg

DESCRIÇÃO: Filé de frango em bife, sem adição de sal e sem temperos, proveniente de fatias em secção longitudinal de peito de ave galinácea nova, sem osso, sem pele, apresentando-se em porções individuais uniformes e padronizados em cerca de 120 gramas, manipulada em perfeitas condições

higiênicas, proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, congelado em temperatura igual ou inferior a -18 °C (dezoito graus Celsius negativo) ou resfriado na zona térmica de 0 °C a ser definido no ato do pedido. Durante o processamento deverá ser realizada a depenagem e evisceração; aparagem para a eliminação de gordura, pele, osso e cartilagem, e controle do índice de absorção da água da ave. O produto deverá atender as especificações técnicas da NTA 03 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, das condições gerais da Portaria SDA/MAPA nº 210, de 10/11/1998 - Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves, do Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº1. 283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, entre outras disposições legais.

EMBALAGEM: Produto acondicionado em saco plástico transparente, resistente, hermeticamente fechado, de acordo com a praxe do fabricante, reembalado em caixa de papelão limpo, íntegro e lacrado, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando o prazo de validade, marca, procedência, condições de armazenamento, número de registro no órgão competente e demais dados conforme a legislação vigente, na embalagem interna e externa.

PRAZO DE VALIDADE: O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias quando congelado e de 7 (sete) dias quando resfriado, a partir da data de entrega.

ITEM 02. ISCAS E CUBOS DE PEITO DE FRANGO

UNIDADE: Kg

DESCRIÇÃO: Isca de peito de frango, sem adição de sal e sem temperos, com peso médio de 15 gramas e cubo de peito de frango com peso médio de 30 gramas, proveniente de fatias em secção longitudinal de peito de ave galinácea nova, sem osso, sem pele, manipulada em perfeitas condições higiênicas, proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, congelado em temperatura igual ou inferior a -18 °C (dezoito graus Celsius negativo) ou resfriado na zona térmica de 0 °C a ser definido no ato do pedido. Durante o processamento deverá ser realizada a depenagem e evisceração; aparagem para a eliminação de gordura, pele, osso e cartilagem e controle do índice de absorção da água da ave. O produto deverá atender as especificações técnicas da NTA 03 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, das condições gerais da Portaria SDA/MAPA nº 210, de 10/11/1998 - Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves, do Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº1. 283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, entre outras disposições legais.

EMBALAGEM: Produto acondicionado em saco plástico transparente, resistente, hermeticamente fechado, de acordo com a praxe do fabricante, reembalado em caixa de papelão limpo, íntegro e lacrado, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando o prazo de validade, marca, procedência, condições de armazenamento, número de registro no órgão competente e demais dados conforme a legislação vigente, na embalagem interna e externa.

PRAZO DE VALIDADE: O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias quando congelado e de 7 (sete) dias quando resfriado, a partir da data de entrega.

ITEM 04. LAGARTO

UNIDADE: Kg

DESCRIÇÃO: Lagarto, redondo, em peças de 1ª qualidade, sem adição de sal e sem temperos, proveniente da parte muscular comestível do boi sadio em coxão duro e sem gordura na cobertura, manipulado em perfeitas condições higiênicas, procedente de estabelecimento sob inspeção oficial, mantido congelado na zona térmica de -18 °C ou resfriado na zona térmica de 0 °C a ser definido no

ato do pedido Durante o processamento deverá ser realizada a aparagem para eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponevroses. O produto deverá atender as especificações técnicas da NTA 03 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, das condições gerais do Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, entre outras disposições legais.

EMBALAGEM: O produto deverá ser embalado em sacos de polietileno a vácuo, acondicionado em caixas de papelão lacradas com aproximadamente 30 quilos peso líquido, devidamente rotulado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando o prazo de validade, peso líquido, peso bruto, marca, procedência, condições de armazenamento, número do registro no órgão competente e demais dados conforme legislação vigente, na embalagem interna e externa.

PRAZO DE VALIDADE: O produto deverá apresentar validade mínima de 25 (vinte e cinco) dias a partir da data de entrega.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 1) A **Contratada** deverá permitir a qualquer época, durante a vigência do contrato, a visita de técnicos indicados pelo Serviço Técnico de Nutrição e Dietética -STND do HSPM, quando necessária, nos locais de processamento, armazenamento e distribuição do produto, com finalidade de conhecer o processo de produção, áreas físicas, instalações, condições higiênico-sanitárias ambientais, de pessoal e equipamentos. No caso de constatação de não conformidade a contratada será comunicada através de um relatório para adoção de medidas corretivas, podendo ser realizada nova visita técnica.
- 2) A ausência de visita técnica não exime o fornecedor da responsabilidade pela qualidade do produto
- 3) A qualidade dos produtos deve ser uniforme para todos os lotes fornecidos. O Serviço Técnico de Nutrição e Dietética -STND poderá a qualquer momento, requisitar amostras do produto a fim de compará-las com as entregues.
- 4) As despesas com descarga, frete e separação de mercadoria, correrão por conta da **Contratada**, inclusive nos casos de troca de mercadoria ou qualquer eventualidade que possa ocorrer.
- 5) O STND por intermédio do Departamento de Apoio Técnico do HSPM, poderá a qualquer momento, realizar análises microbiológicas, físico-químicas, organolépticas, toxicológicas que julgarem necessários e as custas correrão por conta do fornecedor. Caso haja alguma não conformidade nos laudos ou se na aferição do produto entregue a qualidade e a quantidade não correspondam à especificação técnica e/ou expresso na Nota Fiscal, a Contratada deverá proceder a troca do produto no máximo de 48 horas ou de forma a não causar prejuízo no cardápio previsto.
- 6) A **Contratada** deverá apresentar laudo de análise de controle microbiológico do lote fornecido, manuais e documentos relativos ao controle higiênico-sanitárias sempre que solicitado pelo HSPM.
- 7) O transporte deverá ser realizado em veículos adequados com perfeitas condições de higiene e temperatura em conformidade com as disposições da legislação em vigor.
- 8) Fica reservado a STND a direito de solicitar a Contratada quaisquer informações técnicas sobre o produto sempre que julgar necessário.

3

3



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 021/2018 DE CONTRATO



1.1 As entregas deverão ser parceladas mediante programação e solicitação do STND através da emissão de O.F. (Ordem de Fornecimento) após assinatura do Termo de Contrato. A O.F. (Ordem de Fornecimento) será emitida no mínimo de 5 dias corridos anteriores à data marcada para entrega.

A entrega deverá ocorrer no horário das 7 (sete) às 13 (treze) horas de segunda a sexta-feira do dia marcado.

1.1.1 Caso ocorra alguma intercorrência na entrega por parte da contratada ou contratante, será efetuada nova solicitação através de O. F. (Ordem de Fornecimento) e/ou aceite para posterior entrega.

1.1.2 Fica reservado ao STND, o direito de alterar o pedido com data de entrega e horário a ser combinado.

1.1.3) Nos casos de emergência, a Contratada obriga-se a efetuar entregas, mesmo que em pequenas quantidades, em dias e horários marcados pela STND.

1.1.4 As entregas efetuadas em dias não programadas serão devolvidas, caracterizando descumprimento do contrato.

1.1.5 Por ocasião da entrega na Unidade Requisitante os produtos devem apresentar o prazo de validade mencionado nas especificações técnicas do presente edital. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pelo Serviço Técnico de Nutrição e Dietética do Hospital do Servidor Público Municipal poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se a Contratada, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos produtos no período de validade.

1.1 A CONTRATADA efetuará as entregas no seguinte local:

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Seção Técnica de Abastecimento do Serviço Técnico de Nutrição e Dietética

Rua Apeninos, 44 – CEP: 01533-00 - Aclimação.

Horário: das 7 (sete) às 13 (treze) horas de segunda a sexta feira do dia marcado.

Fone: (11) 3397-7759 (Satiko) / (11) 3397-7760 (Eunice) e Fax (11) 3397-7956.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.2 Designar um representante para gerenciar o contrato;

2.3 Efetuar os pagamentos conforme os valores e prazos estipulados.

CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as condições especificadas no Anexo I do Edital;

y

4



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 021/2018 DE CONTRATO



3.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação para esta contratação;

3.3 Aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O valor total do presente contrato é de R\$ 126.220,00 (cento e vinte e seis mil, duzentos e vinte reais), conforme Nota de Empenho nº. 544/2018, nele estando incluídos todos os custos e a margem de lucro da CONTRATADA, que nada mais poderá reclamar a título de contraprestação pela execução de suas obrigações contratuais;

4.2 O preço contratado não será reajustado.

4.3 O pagamento devido será depositado, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da entrega dos produtos objeto de cada Ordem de Fornecimento, na conta corrente informada pela CONTRATADA mantida junto ao Banco Brasil.

4.4 De acordo com a Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, os atrasos de pagamentos por culpa exclusiva do CONTRATANTE ficarão sujeitos a aplicação de compensação financeira calculada através da seguinte fórmula: $(TR + 0,5\% \text{ "PRO-RATA TEMPORE"})$, observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;

4.4.1 O pagamento da compensação financeira estabelecida no item 4.4 dependerá de requerimento a ser formalizado pelo CONTRATADO.

4.5 No presente exercício as despesas decorrentes do ajuste correrão por conta da dotação nº 02.10.10.302.3003.2507.3.3.90.30.00.00.07.99

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

5.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura e não comportará prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas pertinentes.

6.2 Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades:

6.2.1 Advertência;

6.2.2 Multa de 0,5% (meio por cento) para cada dia de atraso na entrega do produto, computada sobre o valor da parcela entregue fora do prazo estipulado. A partir do 20º dia de atraso, poderá configurar-se a inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

6.2.3 A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração em assinar o contrato **NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, sujeitará o respectivo licitante à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;

6.2.3.1 Na hipótese de não assinatura dos termos de aditamento ao contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da aplicação da pena prevista no item 6.2.6, o ajuste estará sujeito à rescisão por culpa da detentora;

6.2.4 Multa de 15% (quinze por cento) sobre a parcela inexecutada no caso de inexecução parcial, no cometimento de qualquer outra irregularidade no cumprimento da obrigação, ou nas hipóteses de atrasos superiores a 20 (vinte) dias;

6.2.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, no caso de recusa imotivada em assinar o contrato ou na hipótese de rescisão do ajuste por culpa da contratada;

6.2.5.1 Incidirá na mesma pena prevista no subitem 6.2.5 o licitante que estiver impedido de firmar o termo de contrato ou retirar a ordem de fornecimento pela não apresentação dos documentos necessários para tanto;

6.2.6 Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;

6.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

6.3 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

6.4 No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03 e na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93;

6.5 O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

6.6 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nos casos previstos expressamente no Decreto Municipal de Execução Orçamentária em vigor, no presente exercício, ou seja, quando houver a comprovação pela CONTRATADA de ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação, ou manifestação da unidade requisitante informando que a infração contratual foi decorrente de fato imputável à Administração, devidamente justificada nos autos.



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
Gestão de Contratos
TERMO 021/2018 DE CONTRATO



CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A rescisão deste contrato, bem como, qualquer alteração será acolhida conforme dispositivos da Lei 8.666/93.

7.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 13.278/02, da Lei Federal nº 8.666/93 e dos demais diplomas legais aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

7.3 “Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.”

Desde já, fica eleito o foro da Comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes contratantes, foi lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em quatro vias de igual teor.



- DR. ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO -
Hospital do Servidor Público Municipal
Superintendente




- SR. ÍTALO DE SOUZA -
Vila Gugu Carnes Eireli - Epp.
Procurador

Testemunhas:



Sra. Flávia Ivana Pallinger
RG: 13.274.150-7 - - CPF: 052.110.728-80



Sr. Odair Bezerra
R.G. 8.036.816 – CPF 118.187.998/12